



Lição 13

Esperança em meio ao caos: aguardando a vinda do rei

Murilo Alencar

27 de Setembro de 2026
3º TRIMESTRE 2026
JOVENS



FERRAMENTA EBD

Esboço Da Lição 13

Do 3º Trimestre

De 2026

Por Murilo Alencar

DIREITOS AUTORAIS

Este subsídio está protegido por leis de direitos autorais. Todos os direitos sobre o subsídio são reservados. Você não tem permissão para alterar ou vender este subsídio. Nem tem permissão para copiar/reproduzir o conteúdo do subsídio em sites, blogs ou jornais. Qualquer tipo de violação dos direitos autorais estará sujeita a ações legais.

SOBRE O ABRA A JAULA

O **Abra a Jaula** é um projeto de pregação, evangelismo e ensino da palavra de Deus. O abrir a jaula pode ser comparado com a ordenança máxima dada a igreja por Jesus "Ide por todo mundo e pregai o evangelho a toda criatura". Spurgeon disse que o evangelho é como um leão faminto que está enjaulado, de modo que nosso papel não é salvar ninguém, mas abrir a jaula e deixar que o Leão saia e consuma os corações!

Nesse sentido, nos colocamos a disposição, principalmente de Deus, para promover um conteúdo bíblico e pentecostal.

No acervo de vídeos do Abra a Jaula, temos pregações curtas, reflexões bíblicas, pré-aula da Escola Dominical, dicas de pregação com O Pregador e a Pregação e o personagem da bíblia, além de vários projetos que ainda estão para serem colocados em prática, pois estamos em constante crescimento.

É um privilégio muito grande contribuir com seu ministério. Nós gostaríamos de te conhecer melhor e estar mais próximo de você. Faça parte da nossa família, é só clicar nos botões.



Site



Canal



Instagram



Facebook



Twitter



(87) 99808-9816

FIDELIDADE ÀS ESCRITURAS EM OPOSIÇÃO À APOSTASIA
Lições Espirituais no Livro de Juízes

Domingo, 27 de setembro de 2026

ESPERANÇA EM MEIO AO CAOS: AGUARDANDO A VINDA DO REI

Murilo Alencar¹

INTRODUÇÃO

Nesta lição, chegamos ao encerramento do livro de Juízes. Os capítulos finais mostram Israel mergulhado em vingança, guerra civil, juramentos precipitados e decisões que produzem ainda mais violência. A frase que encerra o livro explica a raiz dessa decadência: não havia rei em Israel, e cada um fazia o que parecia reto aos seus olhos. Em meio a esse cenário de caos, o livro aponta para a necessidade de um rei justo. Essa esperança encontra seu pleno cumprimento em Cristo, o Rei dos reis e Senhor dos senhores. Preparados? Vamos juntos aprender a Palavra de Deus.

TEXTO PRINCIPAL – COMPARANDO TRADUÇÕES

Naquela época não havia rei em Israel; cada um fazia o que lhe parecia certo. (Jz 21.25, NVI).

Naqueles dias, não havia rei em Israel; cada um fazia o que achava mais certo. (Jz 21.25, NVT).

O livro de Juízes é uma narrativa **histórica** com propósito teológico. Logo, isso significa que o autor não apenas registra acontecimentos do passado, mas seleciona e organiza os episódios de modo a comunicar uma mensagem sobre a condição espiritual de Israel.

Nos capítulos finais, o narrador repete intencionalmente a declaração **“Naqueles dias não havia rei em Israel”** (Jz 17.6; 18.1; 19.1; 21.25). Em duas dessas ocorrências, a fórmula é apresentada de maneira completa: **“Naqueles dias não havia rei em Israel; cada um fazia o que parecia certo aos seus próprios olhos”** (Jz 17.6; 21.25). Essa repetição funciona como um recurso literário que abre e encerra essa seção do livro, formando uma moldura para os acontecimentos narrados entre esses versículos.

Por isso, Juízes 21.25 não apenas encerra o livro, mas oferece ao leitor a explicação para tudo o que acabou de acompanhar. A idolatria, a violência, a guerra civil e as decisões absurdas dos últimos capítulos não são episódios desconectados. O narrador está mostrando que Israel havia deixado de se submeter ao Senhor e passou a decidir o que era certo segundo seus próprios critérios. O problema, portanto, era mais profundo do que a ausência de um governante humano. O povo havia rejeitado o governo de Deus sobre sua vida.

A avaliação final do narrador bíblico ganha ainda mais força quando colocada ao lado de Deuteronômio. Antes de Israel entrar na terra, o Senhor já havia advertido o povo: “Vocês não farão como hoje estamos fazendo aqui, cada um segundo melhor lhe parece” (Dt 12.8, NAA). Poucos versículos depois,

¹Graduado em teologia pela UniCesumar; Tecnólogo em coaching e desenvolvimento humano pela Unopar; pós-graduando em educação cristã e graduando em teologia pela Faculdade Batista do Cariri (FBC); Presbítero na Assembleia de Deus em Pernambuco. Além disso, idealizador do canal abra a jaula e da ferramenta ebd.

a ordem é apresentada de forma positiva: Israel deveria guardar os mandamentos e fazer “o que é bom e reto aos olhos do Senhor” (Dt 12.28, NAA).

RESUMO DA LIÇÃO

Mesmo em meio ao caos, há esperança, pois Deus conduz a história e sustenta aqueles que confiam nEle.

Os capítulos finais de Juízes apresentam uma nação profundamente marcada pelo pecado, pela violência e pela desordem espiritual. Contudo, a extensão da corrupção humana não significava que Deus havia perdido o controle da história. A trajetória de Israel não caminhava para um desfecho tenebroso, mas para o cumprimento da vontade divina. Mesmo quando seu povo agia de maneira infiel, o Senhor permanecia fiel à sua aliança e continuava conduzindo os acontecimentos da história segundo os seus propósitos.

A providência divina pode ser percebida no livro de Rute, cuja história começa com esta informação: **“Nos dias em que os juízes julgavam, houve fome na terra de Israel”** (Rt 1.1, NAA). Enquanto Israel enfrentava um período de instabilidade e decadência, Deus agia em Belém por meio de uma família comum. Depois que Boaz recebeu Rute como esposa, o narrador atribuiu o nascimento da criança à ação do Senhor: **“O Senhor concedeu que ela ficasse grávida e tivesse um filho”** (Rt 4.13, NAA).

A genealogia que encerra essa história revela a importância daquele nascimento: **“E o chamaram de Obede. Este veio a ser o pai de Jessé, pai de Davi”** (Rt 4.17, NAA). Durante os dias em que Israel ainda não possuía rei, o Senhor preservava a linhagem daquele que unificaria as tribos e receberia a promessa de um reino duradouro. Mais tarde, Deus declarou a Davi: **“Estabelecerei para sempre o trono do seu reino”** (2Sm 7.12-13, NAA).

O cumprimento definitivo dessa promessa encontra-se em Jesus Cristo. Ao anunciar seu nascimento, o anjo declarou: **“Deus, o Senhor, lhe dará o trono de Davi, seu pai. Ele reinará para sempre sobre a casa de Jacó, e o seu reinado não terá fim”** (Lc 1.32-33, NAA). Davi prefigurava o Rei perfeito e eterno. Portanto, mesmo quando os acontecimentos parecem dominados pelo caos, podemos confiar que Deus continua governando a história e conduzindo todas as coisas para o cumprimento dos seus propósitos em Cristo.



SEJA ASSINANTE E TENHA ACESSO
A SLIDES E MATERIAIS DE MARKETING
PROFISSIONAIS PARA SUAS AULAS

Conhecer Mais

1. VINGANÇA E GUERRA CIVIL ENTRE O POVO DE DEUS

Pergunta chave: Seja assinante e desbloqueie a pergunta chave apertando [aqui](#)

Ideia central do ponto: Seja assinante e desbloqueie a ideia central do ponto apertando [aqui](#)

1.1 Clamor por justiça.

Verdade central: Seja assinante e desbloqueie a verdade central apertando [aqui](#)

Para refletir: Seja assinante e desbloqueie o para refletir apertando [aqui](#)

A LIÇÃO DIZ: *O crime cometido pelos gibeonitas desencadeou graves consequências (Jz 20.1-11). O ato do levita de cortar e enviar as partes do corpo da mulher gerou comoção nacional e provocou revolta entre os israelitas. Um exército foi organizado com homens de todas as tribos, com o objetivo de punir a tribo de Benjamim, à qual Gibeá pertencia. Até então, não haviam se unido para enfrentar inimigos externos; agora, estavam dispostos a lutar contra uma de suas próprias tribos (Jz 20.1,8,11). Isso mostra que não lhes faltava força, mas vontade de agir.*

Vamos ao texto bíblico:

¹Todos os filhos de Israel, desde Dã até Berseba, bem como da terra de Gileade, saíram, e a congregação se reuniu diante do Senhor em Mispá, como se fosse um só homem. ²Os chefes de todo o povo e todas as tribos de Israel se apresentaram na congregação do povo de Deus. Havia quatrocentos mil soldados de infantaria, que puxavam da espada. ³E os filhos de Benjamim ouviram que os filhos de Israel haviam se reunido em Mispá. Os filhos de Israel disseram: — Contem-nos como aconteceu essa maldade. ⁴Então o levita, marido da mulher assassinada, disse (Jz 20.1-4a, NAA).

A reação ao gesto extremo do levita produziu **uma mobilização de alcance nacional, algo raro durante o período dos juízes**. A expressão “**de Dã até Berseba, bem como da terra de Gileade**” abrangia os israelitas do norte, do sul e do leste do Jordão. Os chefes das onze tribos compareceram a Mispá, acompanhados de um grande contingente militar, e formaram ali a “assembleia do povo de Deus” (Jz 20.1,2). O crime cometido em Gibeá havia ferido a consciência coletiva da nação e exigia uma resposta. Uma sociedade que deixa de se indignar diante da violência revela sua própria insensibilidade moral.

A unanimidade daquele encontro, porém, evidencia uma ironia dolorosa. Por três vezes, o narrador afirma que o povo se reuniu “como um só homem” (vv. 1,8,11). **Nenhum libertador daquele período conseguiu mobilizar as tribos com tamanha abrangência contra os opressores de Israel; agora, um levita moralmente corrupto reunia quase toda a nação contra uma cidade israelita.** A unidade era impressionante, mas sua causa e sua condução precisavam ser avaliadas pela Palavra de Deus.

A maneira como o levita descreveu o crime agravou ainda mais aquela situação. Seu relato continha meias verdades: a concubina havia sido violentada pelos homens de Gibeá e morrera em decorrência daquela brutalidade. Contudo, ele fez de si mesmo a principal vítima, afirmou que os agressores pretendiam matá-lo e ocultou o fato de que ele próprio entregara a mulher à multidão (Jz 19.25; 20.4-6). Em vez de reconhecer sua covardia e insensibilidade, apresentou uma versão cuidadosamente construída para condenar os outros e preservar a própria imagem. A atrocidade de Gibeá era inegável, mas o homem que exigia um veredito também precisava responder por sua conduta.

Influenciada por esse relato parcial, a assembleia passou rapidamente da indignação à mobilização militar. Os homens decidiram não retornar às suas casas, separaram dez por cento do contingente para providenciar mantimentos e se organizaram contra Gibeá (vv. 8-11). O preparo logístico demonstra a firmeza da resolução daqueles homens, mas também expõe um problema: Israel decidiu atacar antes de ouvir os benjamitas e antes da consulta ao Senhor, algo que só aconteceu bem mais tarde. **A causa possuía fundamento justo, pois um crime tão grave não poderia permanecer impune; a forma de tratá-la, entretanto, já revelava pressa, falta de autocrítica e a disposição para ampliar o conflito.**

A Lei de Moisés exigia uma investigação cuidadosa e não permitia que alguém fosse condenado com base no testemunho de uma única pessoa (Dt 19.15-18). O livro de Provérbios reforça esse cuidado ao lembrar que **a primeira versão de um conflito pode parecer correta até que a outra parte seja ouvida e os fatos sejam examinados** (Pv 18.17). Por isso, uma acusação grave precisa ser tratada com seriedade, mas também com responsabilidade, antes que qualquer julgamento seja feito.

A indignação pode levar muitas pessoas a tomar partido rapidamente, mas somente a verdade, examinada à luz da Palavra de Deus, permite que uma causa seja julgada com justiça.

1.2 Benjamim não reconhece o erro.

Verdade central: Seja assinante e desbloqueie a verdade central apertando [aqui](#)

Para refletir: Seja assinante e desbloqueie o para refletir apertando [aqui](#)

A LIÇÃO DIZ: *Ao serem questionados sobre o ocorrido, para que os culpados fossem punidos, os benjamitas se recusam a entregá-los (Jz 20.12-16). A lealdade tribal falou mais alto que o reconhecimento da justiça. Em vez de confrontar o pecado, preferiram defender a impunidade, tornando-se cúmplices do mal (Pv 17.15; Rm 1.32; Ef 5.11). Prepararam, então, o seu próprio exército, dispostos a travar uma guerra com as demais tribos (vv.15,16).*

Antes que o confronto começasse, as tribos de Israel enviaram mensageiros por todo o território de Benjamim e perguntaram: **“Que maldade é essa que foi cometida entre vocês?”** (v. 12). Em seguida, exigiram a entrega dos homens de Gibeá responsáveis pelo crime. Chamados de **“filhos de Belial”**, eles eram homens perversos, entregues à prática do mal e resistentes à autoridade de Deus. Embora o exército já estivesse reunido, Benjamim recebeu uma oportunidade de evitar a guerra: reconhecer a gravidade do ocorrido, entregar os culpados e reprovar publicamente a perversidade cometida por alguns homens de Gibeá.

O propósito declarado era **“eliminar o mal de Israel”** (v. 13), expressão recorrente em Deuteronômio para a aplicação da justiça nos casos que ameaçavam a fidelidade e a santidade do povo (Dt 13.5; 17.7; 19.19; 22.21). Na antiga aliança, delitos graves não podiam ser reduzidos a assuntos particulares, porque a tolerância ao pecado comprometia todo o povo. Os benjamitas, porém, **“não quiseram ouvir a voz de seus irmãos”**. Sua reação não resultou da falta de informação, mas de uma recusa deliberada em entregar os culpados e permitir que a justiça fosse feita. Ao preferirem os laços tribais à justiça exigida pela Lei, deixaram de ser apenas parentes dos culpados e se tornaram protetores de sua maldade.

Como se pode constatar, em seguida, **vinte e seis mil homens** das cidades de Benjamim reuniram-se em Gibeá, além dos setecentos guerreiros daquela cidade (vv. 14,15). **Entre todo o exército, havia um grupo de setecentos canhotos, tão habilidosos no uso da funda que podiam atingir um fio de cabelo sem errar** (v. 16). A descrição ressalta o preparo bélico de Benjamim, mas torna sua atitude ainda mais vergonhosa: havia disposição para enfrentar milhares de irmãos, porém não havia disposição para enfrentar o pecado dentro da própria tribo. Em vez de entregar os culpados e permitir que o crime fosse julgado, a tribo de Benjamim mobilizou seus homens para proteger os moradores de Gibeá e impedir que fossem responsabilizados.

A lealdade é uma virtude enquanto permanece subordinada a verdade e a justiça. Quando ela nos leva a esconder o pecado de alguém apenas porque essa pessoa é da nossa família, nossa amiga, ocupa uma posição de liderança ou pertence ao mesmo grupo que nós, deixou de ser lealdade e passou a favorecer o erro. A Bíblia condena tanto quem inocenta o culpado quanto quem condena o inocente (Pv 17.15). **Por isso, proteger alguém nunca pode significar encobrir o que essa pessoa fez, intimidar quem sofreu ou impedir que os fatos sejam conhecidos.**

Esse princípio também precisa nortear a maneira como a igreja trata situações graves. Quando houver crime, não basta resolver o caso internamente, porque Deus confiou às autoridades civis a responsabilidade de punir quem pratica o mal (Rm 13.1-4). Ao mesmo tempo, a igreja tem seus próprios deveres. Ela precisa acolher e proteger quem sofreu, confrontar biblicamente quem pecou, chamar ao arrependimento e, quando necessário, exercer disciplina (Mt 18.15-17; 1Co 5.6,13). Foi justamente nisso que Benjamim falhou. Em vez de entregar os homens

de Gibeá para que respondessem pelo crime, a tribo decidiu protegê-los e entrou em guerra contra seus próprios irmãos.

1.3 Guerra civil.

Verdade central: Seja assinante e desbloqueie a verdade central apertando [aqui](#)

Para refletir: Seja assinante e desbloqueie o para refletir apertando [aqui](#)

A LIÇÃO DIZ: *Israel reuniu um exército de aproximadamente 400.000 homens, enquanto Benjamim contava com cerca de 26.700 guerreiros (Jz 20.17-48). Apesar da clara superioridade numérica, nas duas primeiras batalhas os israelitas foram derrotados pelos benjamitas, sofrendo grandes perdas. Sem a direção divina, a quantidade numérica não é sinal de força. Somente ao recorrerem a Deus e obedecerem às suas instruções, Israel elaborou uma nova estratégia e alcançou a vitória, destruindo Gibeá e eliminando grande parte do exército benjamita.*

A contagem dos homens de Israel acentuava a enorme desproporção entre os dois exércitos. As onze tribos reuniram quatrocentos mil homens de guerra que manejavam a espada, um contingente muito superior às forças de Benjamim (Jz 20.17). Diante dessa diferença, a vitória poderia parecer praticamente certa.

Antes do combate, os israelitas foram a Betel consultar a Deus, mas não perguntaram se deveriam entrar em guerra contra Benjamim. Essa decisão já havia sido tomada. A pergunta era apenas qual das tribos deveria iniciar o ataque, e o Senhor respondeu que Judá iria primeiro. **A resposta lembra o início do livro, quando Israel perguntou quem subiria primeiro contra os cananeus e recebeu a mesma indicação (Jz 1.1,2). O contraste é trágico. A tribo que antes liderava Israel na luta contra os povos da terra agora marcharia contra seus próprios irmãos.**

A primeira batalha desfez qualquer expectativa de uma vitória fácil. Os benjamitas saíram de Gibeá e mataram vinte e dois mil soldados israelitas (Jz 20.19-21). O terreno montanhoso nas proximidades da cidade e a habilidade dos atiradores podem ter favorecido a força defensiva, embora o narrador não apresente uma explicação militar para aquela derrota. O resultado também não inocentava Benjamim, pois a tribo continuava protegendo os responsáveis pelo crime. Da mesma maneira, a derrota de Israel não anulava a necessidade de julgar a perversidade de Gibeá.

Depois daquela perda, os israelitas choraram diante do Senhor e formularam uma pergunta mais cuidadosa: deveriam atacar novamente os seus irmãos benjamitas? Pela primeira vez, a designação “irmãos” entrou na consulta e recordou que aquela guerra seria travada dentro do próprio povo da aliança. O Senhor respondeu que deveriam subir, mas o segundo confronto terminou com outros dezoito mil israelitas mortos (vv. 22-25). O narrador não declara expressamente por que Deus permitiu duas derrotas mesmo depois de responder ao povo. A progressão do relato, entretanto, mostra que Israel, embora estivesse enfrentando um mal que precisava ser punido, também necessitava ser humilhado diante do Senhor.

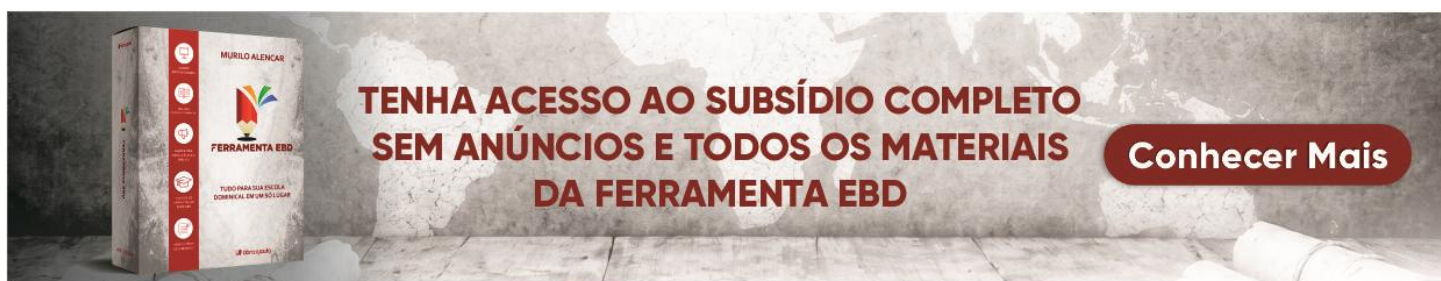
A reação à segunda derrota foi mais profunda. Todo o povo foi a Betel, permaneceu diante do Senhor, chorou, jejuou e ofereceu holocaustos e ofertas pacíficas (v. 26). **Na terceira vez que consultaram o Senhor**, os israelitas admitiram uma possibilidade que não havia sido considerada anteriormente: continuar lutando ou desistir (vv. 27,28). A presença da Arca da Aliança e o ministério de Fineias confirmavam que a consulta foi conduzida por meio do sacerdócio estabelecido por Deus. Somente nessa ocasião o Senhor acrescentou uma promessa expressa à sua resposta: no dia seguinte, Benjamim seria entregue nas mãos de Israel. O choro, o jejum e os sacrifícios não obrigavam Deus a conceder a vitória, mas expressavam a humilhação de um povo que já não podia depender de sua superioridade militar.

Na terceira batalha, Israel abandonou o ataque frontal e empregou uma emboscada semelhante à estratégia utilizada por Josué na conquista de Ai (Js 8.1-29). Parte do exército simulou uma retirada e atraiu os benjamitas para longe de Gibeá, enquanto outro contingente entrou na cidade. Quando o sinal de fumaça subiu, os israelitas voltaram ao combate e cercaram os adversários. As vitórias anteriores haviam deixado Benjamim confiante, por isso seus soldados avançaram sem perceber que estavam entrando numa armadilha. Apesar da importância da estratégia, o narrador atribuiu o resultado ao Senhor: **“Então o Senhor derrotou Benjamim diante de Israel” (Jz 20.35).**

A guerra foi devastadora, pois cerca de vinte e cinco mil guerreiros benjamitas morreram, e somente seiscentos conseguiram fugir para a rocha de Rimom (vv. 44-47). Os israelitas ainda se voltaram contra as cidades de Benjamim, mataram pessoas e animais e incendiaram tudo o que encontraram (v. 48). A guerra iniciada para punir os responsáveis pelo crime de Gibeá quase eliminou uma tribo inteira. **O pecado de alguns homens, a cumplicidade de Benjamim e a violência das demais tribos espalharam sofrimento por toda a nação.**

Verifique o aprendizado de seu aluno (ponto 1):

Seja assinante e desbloqueie o verifique o aprendizado do seu aluno apertando [aqui](#)



2. HIPOCRISIA DE ISRAEL: DECISÕES SEM SABEDORIA, RELIGIÃO SEM MISERICÓRDIA

Pergunta chave: Seja assinante e desbloqueie a pergunta chave apertando [aqui](#)

Ideia central do ponto: Desbloqueie a ideia central do ponto apertando [aqui](#)

2.1 Decisões trágicas.

Verdade central: Seja assinante e desbloqueie a verdade central apertando [aqui](#)

Para refletir: Seja assinante e desbloqueie o para refletir apertando [aqui](#)

A LIÇÃO DIZ: *Depois de derrotar os benjamitas, Israel percebeu as consequências de seus atos, lamentando o quase extermínio de seus irmãos. No entanto, como esse período é marcado pelo povo fazendo “aquilo que parece certo aos seus olhos” (v.25), veremos novamente mais uma sucessão de decisões trágicas. Em primeiro lugar, fazem um juramento precipitado de proibir que suas filhas se casem com os benjamitas. Em segundo lugar, adotam uma solução sem sabedoria, jurando punir aqueles que não houvessem participado da assembleia contra Benjamim. Em terceiro lugar, descobrindo tratar-se da cidade de Jabes-Gileade, enviam um exército que extermina a cidade, matando homens e mulheres, mas preservando 400 moças virgens, que são entregues aos benjamitas como esposas. Em quarto lugar, como ainda faltavam mulheres para os demais, Israel permite que os benjamitas “raptem” jovens moças durante uma festa em Siló.*

Depois de narrar a quase aniquilação de Benjamim, o autor organizou o capítulo final como uma repetição dos pecados que haviam provocado a guerra. A violência cometida contra a concubina, no capítulo

19, encontra correspondência no rapto das jovens de Siló; a destruição das cidades benjamitas, no capítulo 20, é repetida contra Jabes-Gileade. Entre esses acontecimentos, os juramentos feitos em Mispá passaram a determinar os passos seguintes do povo. Em vez de reconhecer os erros cometidos e buscar uma solução de acordo com a vontade de Deus, Israel tentou resolver as consequências de suas próprias decisões tomando medidas que produziram ainda mais sofrimento e derramamento de sangue.

A informação de que os israelitas “tinham feito um juramento em Mispá” conduz o leitor de volta ao momento anterior à guerra (Jz 21.1). Naquela ocasião, os homens decidiram que nenhum deles daria sua filha em casamento aos benjamitas. O texto não atribui esse voto a uma ordem do Senhor. Sua gravidade só foi percebida quando a batalha terminou e os sobreviventes de Benjamim ficaram reduzidos a seiscentos homens, enquanto as mulheres de suas cidades haviam sido exterminadas (Jz 20.47,48; 21.16). Sem esposas e descendentes, a tribo desapareceria. O juramento, portanto, agravou as consequências de uma guerra que já havia ultrapassado a punição dos culpados.

Quando compreenderam o que haviam feito, os israelitas foram a Betel, permaneceram diante de Deus e choraram amargamente (vv. 2,3). O verbo traduzido por **“tiveram compaixão”**, no versículo 6, também pode expressar pesar ou arrependimento diante de uma perda. No contexto, descreve a tristeza do povo com a possível extinção de Benjamim, mas não uma confissão de seus próprios pecados. Eles perguntaram por que faltava uma tribo em Israel, embora a resposta estivesse nas decisões que haviam tomado. Concordo com Timothy Keller, quando diz: “É mais fácil culpar Deus do que fazer uma autorreflexão”. Construíram um altar e ofereceram sacrifícios, porém não perguntaram ao Senhor como deveriam agir, nem receberam dele qualquer resposta. O povo chorou pelas consequências de suas ações, mas não reconheceu claramente a culpa que lhe cabia. Há uma diferença entre lamentar o sofrimento produzido por uma decisão e arrepender-se do pecado que o causou.

Em seguida, o narrador revelou outro juramento feito na assembleia de Mispá: quem não comparecesse à convocação seria morto (v. 5). A repetição da pergunta sobre quem estivera ausente conduziu a uma contagem do povo, por meio da qual se constatou que nenhum morador de Jabes-Gileade havia participado da reunião (vv. 8,9). Os israelitas encontraram, então, uma maneira de utilizar um juramento para resolver o problema criado pelo outro. Doze mil soldados foram enviados contra a cidade com a ordem de matar homens, mulheres e crianças, preservando apenas as moças virgens (vv. 10-12).

A ordem dada aos soldados emprega, no versículo 11, o verbo hebraico relacionado ao *hērem*, a destruição total aplicada durante a conquista de Canaã. A linguagem usada contra os povos cananeus foi dirigida agora contra uma cidade israelita, sem que o texto registre qualquer autorização divina para isso. Jabes-Gileade foi tratada como inimiga do povo da aliança, e seus moradores pagaram com a vida por um juramento do qual não haviam participado. A tentativa de impedir o desaparecimento de uma tribo quase resultou na destruição de outra comunidade israelita.

As quatrocentas jovens poupadas foram levadas para Siló e entregues aos benjamitas depois que a congregação lhes ofereceu paz (vv. 12-14). A sequência dos fatos é profundamente irônica: Israel proclamou paz aos sobreviventes de Benjamim, mas as mulheres utilizadas para tornar essa paz possível foram obtidas por meio de um massacre. Elas perderam suas famílias, foram retiradas de sua cidade e entregues como esposas aos homens da tribo que antes havia sido combatida.

Como as quatrocentas jovens não eram suficientes para todos os sobreviventes, os anciãos procuraram outra saída. A preocupação de preservar a herança de Benjamim era legítima, mas o plano elaborado para alcançar esse propósito era moralmente perverso. **Durante uma solenidade anual dedicada ao Senhor em Siló, os benjamitas deveriam esconder-se nas vinhas e esperar as jovens saírem para dançar. Cada homem, então, agarraria uma delas e a levaria para a terra de Benjamim (vv. 19-21).** O argumento apresentado aos pais e

irmãos era que eles não haviam “dado” suas filhas e, por isso, não seriam culpados de quebrar o juramento (v. 22).

Ao relatar o cumprimento do plano, empregou um verbo que significa tomar pela força ou roubar: os benjamitas levaram as jovens que haviam arrebatado e retornaram à sua herança (v. 23). **O povo encontrou uma forma de preservar as palavras do juramento enquanto autorizava o rapto de mulheres que não tinham qualquer responsabilidade pela guerra. A história que começou com uma mulher violentada em Gibeá terminou com outras mulheres sendo tomadas em Siló.** Israel não havia eliminado o mal; apenas o reproduzira sob outra forma.

A Lei já ensinava que quem fizesse um juramento precipitado deveria reconhecer sua culpa, confessar o pecado e buscar a expiação oferecida por Deus (Lv 5.4-6). Os israelitas, portanto, não precisavam sustentar seus votos à custa de novas atrocidades. Poderiam admitir que haviam agido sem sabedoria, buscar o perdão do Senhor e interromper aquela sucessão de erros. Esse princípio continua válido para nossas decisões. Um pai não deve manter uma punição injusta somente porque já a anunciou, e uma liderança não deve insistir numa decisão errada para proteger sua autoridade ou reputação. **Quando uma decisão contraria a Palavra de Deus e prejudica pessoas, voltar atrás não é infidelidade; é uma demonstração necessária de arrependimento, humildade e temor do Senhor.**

2.2 A religiosidade legalista e hipócrita.

Verdade central: Seja assinante e desbloqueie a verdade central apertando [aqui](#)

Para refletir: Seja assinante e desbloqueie o para refletir apertando [aqui](#)

A LIÇÃO DIZ: *As soluções da liderança de Israel só revelam ainda mais sua confusão moral; tentativas humanas de “consertar” problemas espirituais. É interessante notar que no meio desse caos, o povo presta o seu culto e oferece os seus holocaustos (v.22). O povo ainda era religioso, mas estava afastado de Deus.*

Embora Israel continuasse mantendo práticas relacionadas ao culto, sua conduta mostrava quanto a nação havia se afastado do Senhor. O povo chorou diante de Deus, construiu um altar, ofereceu holocaustos e ofertas pacíficas e continuou participando de suas festas religiosas (Jz 21.2-4,19). No entanto, os mesmos israelitas que se indignaram com o crime cometido em Gibeá aprovaram depois o massacre de Jabes-Gileade e o rapto das jovens de Siló. A violência que antes condenavam passou a fazer parte das soluções que eles próprios adotaram. Dessa maneira, o narrador deixa claro que a corrupção não estava restrita aos homens de Gibeá, mas havia alcançado toda a nação.

O legalismo desse episódio é escancarado e torna-se evidente na maneira como os israelitas trataram seus próprios juramentos. Como haviam prometido que não dariam suas filhas aos benjamitas, procuraram preservar literalmente o voto, mesmo que para isso outras mulheres fossem sequestradas. Portanto, demonstraram grande preocupação em não quebrar aquilo que haviam jurado, mas pouca preocupação em saber se a solução encontrada estava de acordo com a vontade de Deus.

A hipocrisia religiosa também se torna evidente nesse contraste entre culto e conduta. Por meio dos sacrifícios e das celebrações, Israel continuava confessando que pertencia ao Senhor, mas suas decisões negavam aquilo que professava. Os israelitas tiveram compaixão dos sobreviventes de Benjamim, porém não demonstraram o mesmo sentimento com as mulheres que sofreriam para garantir a sobrevivência da tribo. O culto continuava sendo realizado, mas já não levava o povo a corrigir seus caminhos nem a submeter suas escolhas à Palavra de Deus. Israel preservava formas de adoração enquanto assumia comportamentos semelhantes aos dos povos cuja perversidade deveria rejeitar.

Como podemos aprender com esse episódio? Uma congregação pode ter liturgia bem organizada, cânticos bíblicos, bons pregadores, doutrina correta e uma intensa programação, mas continuar fria no amor, tolerante com o pecado, indiferente ao sofrimento e mundana em seus relacionamentos. A nossa adoração ao Senhor precisa ser confirmada por uma vida de obediência a sua Palavra e pela maneira como tratamos as pessoas. Caso contrário, a advertência de Jesus também poderá ser aplicada a nós: **“Este povo me honra com os lábios, mas o seu coração está longe de mim” (Mt 15.8).**

Verifique o aprendizado de seu aluno (ponto 2):

Seja assinante e desbloqueie o verifique o aprendizado do seu aluno apertando [aqui](#)



3. AGUARDANDO A VINDA DO REI

Pergunta chave: Seja assinante e desbloqueie a pergunta chave apertando [aqui](#)

Ideia central do ponto: Seja assinante e desbloqueie a ideia central do ponto apertando [aqui](#)

3.1 À espera de um rei.

Verdade central: Seja assinante e desbloqueie a verdade central apertando [aqui](#)

Para refletir: Seja assinante e desbloqueie o para refletir apertando [aqui](#)

A LIÇÃO DIZ: *Juízes encerra-se com a solene declaração: “Naqueles dias, não havia rei em Israel, porém cada um fazia o que parecia reto aos seus olhos” (Jz 21.25). Este versículo sintetiza a essência do livro, revelando a anarquia espiritual, moral e social de Israel em um tempo sem liderança centralizada. Uma das mensagens principais de Juízes é apontar para a necessidade de um rei que pudesse unificar a nação, trazer estabilidade, segurança e conduzir o povo ao temor do Senhor.*

Ao encerrar o livro declarando que **“não havia rei em Israel; cada um fazia o que achava mais certo”** (Jz 21.25, NAA), o narrador apresenta sua avaliação sobre aquele período. As duas partes da frase estão relacionadas: a ausência de uma liderança nacional que fosse fiel permitiu que o julgamento pessoal das pessoas ocupasse o lugar da Lei de Deus.

Esse refrão, porém, não ensina que qualquer monarca resolveria a crise moral e espiritual na qual Israel se encontrava. **Gideão** havia reconhecido que o verdadeiro Rei de Israel era o Senhor (Jz 8.23), enquanto o governo cruel de **Abimeleque** demonstrou que um líder ambicioso poderia aprofundar ainda mais a violência e ampliar as práticas pecaminosas entre o povo (Jz 9). A própria Lei já havia definido o perfil do rei de Israel: ele deveria ser escolhido por Deus, manter consigo uma cópia da Lei e lê-la diariamente, **“para que aprenda a temer o Senhor”** (Dt 17.18-20, NAA). Israel não precisava apenas de um homem forte no trono, mas de um rei submetido à Palavra do Deus e consciente de que também estava debaixo da autoridade divina.

Como o autor de Juízes não é identificado, não é seguro afirmar que o livro tenha sido escrito exclusivamente para ratificar o reinado de Davi. Existem, entretanto, fortes indícios literários de que o narrador dirigia a expectativa para um rei procedente de Judá. No início do livro, Judá foi escolhido para liderar as tribos na conquista (Jz 1.1,2); Otniel, pertencente a essa tribo, foi o primeiro libertador levantado pelo Senhor (Jz 3.9-11); e, na guerra final, Judá recebeu novamente a ordem de subir primeiro (Jz 20.18). Benjamim, por sua vez, ficou associado a Gibeá e ao colapso moral dos últimos capítulos. Na sequência da história bíblica, esse contraste prepara o leitor para a passagem de Saul, benjamita, para Davi, o rei de Judá que unificaria as tribos de Israel.

A mensagem final de Juízes também corrige nossa compreensão de liderança. A presença de uma autoridade não garante que a justiça será feita e que o povo viverá em paz, porque um líder que faz apenas o que considera certo reproduz o mesmo problema que deveria combater. Na família, na igreja e na sociedade, quem exerce autoridade precisa ser o primeiro a submeter suas decisões à Palavra de Deus. A pergunta decisiva não é somente quem nos governa, mas qual palavra governa os nossos líderes e também o nosso coração. A advertência permanece atual: “Há caminho que ao ser humano parece direito, mas o fim dele é caminho de morte” (Pv 14.12, NAA).

A frase que encerra o livro de Juízes não explica apenas o que aconteceu com Israel, mas também nos leva a avaliar o critério que usamos para tomar nossas próprias decisões. **Em questões relacionadas ao namoro, à profissão, às amizades e ao serviço que prestamos a Deus, podemos escolher primeiro com base em nossos desejos, na pressão de outras pessoas ou na vantagem que esperamos obter e, somente depois, procurar algum argumento bíblico que confirme aquilo que já decidimos.** Foi exatamente essa inversão que marcou a história de Israel nesse período: cada um passou a considerar correto aquilo que parecia certo aos próprios olhos, em vez de submeter suas escolhas à Palavra de Deus.

Viver sob o governo do Senhor significa permitir que as Escrituras também contrariem nossos desejos, corrijam nossos planos e nos levem a abandonar caminhos que, aos nossos olhos, pareciam bons. A obediência se torna especialmente necessária quando aquilo que Deus determina entra em conflito com aquilo que queremos fazer. Por isso, a advertência de Provérbios continua necessária: **“Não se apoie no seu próprio entendimento [...] Não seja sábio aos seus próprios olhos; tema o Senhor e afaste-se do mal”** (Pv 3.5,7, NAA).

3.2 O reinado de Davi.

Verdade central: Seja assinante e desbloqueie a verdade central apertando [aqui](#)

Para refletir: Seja assinante e desbloqueie o para refletir apertando [aqui](#)

A LIÇÃO DIZ: *Apesar de suas falhas, Davi conseguiu organizar e unificar Israel e trazer estabilidade. Consolidou o reino, derrotando inimigos históricos e estabeleceu Jerusalém como capital política e religiosa, trazendo a Arca da Aliança para lá (2Sm 6). Davi não pôde construir o Templo, mas preparou os recursos e deixou a missão para Salomão (2Sm 7; 1Cr 22). Por meio da aliança davídica (2Sm 7.12-16), Deus prometeu que do trono de Davi viria um reino eterno, como sombra e figura do reinado de Cristo. O Novo Testamento confirma esse cumprimento em Jesus Cristo (Lc 1.32,33).*

Saul foi o primeiro rei de Israel, mas acabou rejeitado porque desprezou a Palavra do Senhor e persistiu em justificar sua desobediência (1Sm 15.22-26). Depois de sua morte, Davi não assumiu imediatamente o governo de toda a nação. Durante sete anos e seis meses, reinou somente sobre Judá, em Hebrom, enquanto a casa de Saul governava as tribos do Norte (2Sm 2.4,8-11; 5.5). Somente depois desse período todas as tribos foram até Davi e reconheceram tanto seu vínculo com o povo quanto a escolha divina: **“Você apascentará o meu povo de Israel**

e será príncipe sobre Israel” (2Sm 5.2, NAA). Os anciãos fizeram aliança com ele diante do Senhor e o ungiram rei sobre todo o Israel (2Sm 5.1-3).

A conquista de Jerusalém contribuiu para consolidar essa unidade. A cidade ainda estava sob o domínio dos jebuseus e se localizava entre os territórios de Judá e Benjamim. Como não se encontrava sob o controle efetivo de nenhuma das tribos, poderia servir como capital comum sem privilegiar diretamente uma região. Davi conquistou a fortaleza, estabeleceu ali sua residência e transformou Jerusalém na Cidade de Davi (2Sm 5.6-10). Em seguida, levou para lá a Arca da Aliança (2Sm 6.12-17). Jerusalém tornou-se, assim, o centro político da nação e um importante centro de adoração ao Senhor.

A alegria produzida pela reunião das tribos pode estar refletida no Salmo 133, identificado em seu título como “Cântico de peregrinação. De Davi”. O salmo não informa em que ocasião foi composto, mas é possível que suas palavras estejam relacionadas ao período em que as tribos deixaram os conflitos anteriores e passaram a reconhecer o mesmo rei:

Oh! Como é bom e agradável viverem unidos os irmãos! É como o óleo precioso sobre a cabeça, o qual desce pela barba, a barba de Arão, e desce para a gola de suas vestes. É como o orvalho do Hermom, que desce sobre os montes de Sião. Ali o Senhor ordena a sua bênção e a vida para sempre (Sl 133.1-3, NAA).

O verbo “descer” liga as duas imagens empregadas por Davi. O óleo descia da cabeça de Arão até suas vestes, enquanto o orvalho descia do Hermom sobre os montes de Sião. O óleo comunica a ideia de consagração, e o orvalho representa refrigério, fertilidade e vida. Dessa maneira, a união celebrada no salmo tratava-se de uma bênção que procedia do Senhor e alcançava todo o povo. Depois dos conflitos e divisões que marcaram o período anterior, as tribos podiam novamente viver como irmãos e reunir-se para adorar o mesmo Deus.

Quando o Senhor deu descanso a Davi de seus inimigos, o rei desejou construir um templo para Deus. A resposta divina, transmitida pelo profeta Natã, apresentou uma surpreendente inversão: Davi não construiria uma “casa” para o Senhor; o Senhor construiria uma “casa” para Davi (2Sm 7.1-11). **A palavra “casa” passou do sentido de templo para o sentido de dinastia.** Deus prometeu levantar um descendente de Davi, estabelecer seu reino e firmar seu trono para sempre (2Sm 7.12-16). Essa promessa, conhecida como aliança davídica, encontrou cumprimento inicial em Salomão, que edificou o templo, mas a repetição da expressão “para sempre” mostrava que seu alcance ultrapassava qualquer rei daquela geração.

A promessa divina não tornou Davi infalível nem o colocou acima de qualquer correção. O mesmo rei que reuniu as tribos usou sua autoridade para tomar Bate-Seba e provocar a morte de Urias (2Sm 11.1-27). Deus enviou Natã, condenou o pecado e anunciou suas dolorosas consequências. Confrontado, Davi reconheceu: “Pequei contra o Senhor” (2Sm 12.13, NAA). Os acertos de Davi demonstraram o valor de uma liderança fiel, enquanto seus pecados deixaram claro que a esperança de Israel não poderia terminar nele.

3.3 Aguardando o Rei dos reis.

Verdade central: Seja assinante e desbloqueie a verdade central apertando [aqui](#)

Para refletir: Seja assinante e desbloqueie o para refletir apertando [aqui](#)

A LIÇÃO DIZ: *De forma análoga ao período dos juízes, hoje vivemos em uma sociedade marcada pela decadência espiritual, moral e social. Nesse contexto, o povo de Deus é chamado a ser instrumento do Senhor, proclamando a salvação e a libertação espiritual (Is 61.1-3; Mt 28.18-20). Enquanto cumpre esse papel, aguarda com expectativa o retorno do Rei dos Reis, o Cristo que reinará em justiça e plenitude sobre toda a criação (Ap 19.16; Sl 2.6-9).*

A necessidade de um rei justo, percebida no encerramento de Juízes, não encontrou sua resposta definitiva em nenhum dos reis de Israel. Davi conseguiu reunir as tribos e governar a nação, mas seu reinado foi limitado e terminou com sua morte. Deus, porém, prometeu que da descendência de Davi levantaria um rei cujo governo permaneceria para sempre. Essa promessa cumpriu-se plenamente em Jesus. Ao anunciar seu nascimento, Gabriel declarou que Deus lhe daria **“o trono de Davi, seu pai”** e que seu reinado jamais terminaria (Lc 1.32,33, NAA). Por isso, Jesus é chamado de **“Filho de Davi”**, reconhecido como o herdeiro da promessa feita ao rei, mas também de **“Filho do Altíssimo”**, porque sua identidade e seu governo ultrapassam todos os reis que vieram antes dele. Davi governou Israel durante um período da história; Cristo reina para sempre.

Depois da ressurreição e da ascensão de Jesus, Pedro explicou que a promessa feita a Davi estava se cumprindo na exaltação de Cristo à direita de Deus (At 2.30-36). O próprio derramamento do Espírito Santo no Pentecostes confirmava que Jesus, crucificado e ressuscitado, havia sido exaltado como Senhor e Cristo. Antes de enviar seus discípulos, ele também declarou: **“Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra”** (Mt 28.18, NAA). Portanto, a Igreja não espera que Jesus comece a reinar somente quando voltar. Cristo já exerce sua autoridade, governa sua Igreja e conduz o seu povo em triunfo, embora ainda aguardemos o dia em que seu domínio será reconhecido e manifestado plenamente diante de toda a criação.

É justamente porque Cristo possui toda autoridade que ele envia sua Igreja ao mundo. Em Mateus 28.19, o “portanto” liga diretamente a autoridade de Jesus à ordem de fazer discípulos de todas as nações. A Igreja vai porque o Rei a enviou e realiza sua missão ensinando sua Palavra, anunciando o Evangelho, batizando os que creem e ensinando-os a obedecer ao que Cristo ordenou. Jesus também se apresentou como o Messias anunciado por Isaías, enviado para anunciar boas-novas aos necessitados e libertação aos oprimidos (Is 61.1-3; Lc 4.18-21). A Igreja não ocupa o lugar de Cristo nem possui poder para salvar ninguém, mas serve ao seu Senhor anunciando o perdão dos pecados, ensinando sua Palavra e cuidando daqueles que sofrem. Diferentemente da violência e das soluções humanas que marcaram o final de Juízes, a igreja avança pela proclamação do Evangelho e pela ação do Espírito Santo.

Embora Cristo já reine, ainda esperamos a manifestação plena de seu governo. O livro do Apocalipse apresenta Jesus como aquele que julga com justiça e traz o título **“Rei dos reis e Senhor dos senhores”** (Ap 19.11,16, NAA). Essa cena se relaciona com a esperança anunciada no Salmo 2, em que as nações se levantam contra o Senhor e contra o seu Ungido, mas não conseguem impedir o cumprimento do propósito de Deus (Sl 2.1-9). Em Juízes, governantes falharam, tribos entraram em conflito e decisões humanas produziram violência e morte. Cristo, porém, julgará com perfeita justiça e estabelecerá plenamente seu governo, colocando fim ao domínio do pecado e da morte.

Portanto, o tempo que antecede a volta de Cristo também é tempo de anunciar o Evangelho, chamar pessoas ao arrependimento e viver de maneira coerente com o Rei que aguardamos. Desta forma, quem espera pelo Rei luta contra o pecado, cumpre suas responsabilidades diante de Deus e aproveita suas conversas e relacionamentos para testemunhar do Evangelho. Como Pedro ensina, aqueles que aguardam esse dia devem viver **“de maneira santa e piedosa”** (2Pe 3.11, NAA).

Verifique o aprendizado de seu aluno (ponto 3):

Seja assinante e desbloqueie o verifique o aprendizado do seu aluno apertando [aqui](#)



CONCLUSÃO

O livro de Juízes termina mostrando uma nação marcada pelo pecado, pela violência e pela desordem. A guerra civil quase exterminou a tribo de Benjamim e, quando o povo tentou reparar as consequências de suas próprias decisões, acabou cometendo novos pecados. Cada um fazia o que parecia certo aos seus próprios olhos, e o resultado foi uma sociedade cada vez mais distante da vontade de Deus. Ainda assim, o Senhor continuou conduzindo a história e preservando seu propósito. A necessidade de um rei justo encontrou resposta parcial em Davi, mas seu cumprimento pleno está em Jesus Cristo.

Também vivemos em uma sociedade marcada pelo relativismo moral, por líderes que decepcionam e por valores cada vez mais distantes da Palavra de Deus. Contudo, a esperança da Igreja não depende das circunstâncias nem da capacidade humana de corrigir o mundo. Um dia, Cristo voltará para estabelecer plenamente seu governo de justiça. Enquanto aguardamos esse dia, somos chamados a viver segundo a Palavra de Deus, e não segundo aquilo que parece certo aos nossos próprios olhos, permanecendo fiéis ao Senhor e testemunhando do Evangelho em meio a esta geração.

ABRA A JAULA

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BLOCK, Daniel I. **Juízes e Rute**: comentário exegético. Tradução: Arthur Wesley Dück. São Paulo: Vida Nova, 2024.
- LOPES, Hernandes Dias. **Juízes**: pecado e graça. São Paulo: Hagnos, 2024. (Comentários Expositivos Hagnos).
- KELLER, Timothy. **Juízes para você**. Tradução: Eulália Pacheco Kregness. São Paulo: Vida Nova, 2016.
- WALTON, John H.; MATTHEWS, Victor H.; CHAVALAS, Mark W. **Comentário histórico-cultural da Bíblia**: Antigo Testamento. Tradução: Noemi Valéria Altoé da Silva. São Paulo: Vida Nova, 2018.
- MERRILL, Eugene H.; ROOKER, Mark F.; GRISANTI, Michael A. **Introdução ao Antigo Testamento** [livro eletrônico]: o mundo e a palavra. Prefácio: Edwin Yamauchi. Tradução: A. G. Mendes. São Paulo: Vida Nova, 2025.
- BODA, Mark J. Judges. In: LONGMAN III, Tremper; GARLAND, David E. (Ed.). **The expositor's Bible commentary**. Rev. ed. Grand Rapids: Zondervan, 2012.
- YOUNGER JR., K. Lawson. **Judges, Ruth**. Grand Rapids: Zondervan, 2002. (The NIV Application Commentary).